

PET no HABEAS CORPUS Nº 564.425 - RJ (2020/0052373-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : DOUGLAS DE MELO FERREIRA (PRESO)
ADVOGADO : EDUARDO VELITH DA SILVA RIBEIRO - RJ145982
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de pedido de revogação da prisão preventiva ou de concessão de prisão domiciliar, formulado por meio de Petição n. 160962/2020, em benefício de DOUGLAS DE MELO FERREIRA.

A defesa reforça haver excesso de prazo na instrução criminal, uma vez que houve adiamento da sessão plenária do Tribunal do Júri designada para o dia 16/03/2020, o processo perdura há 8 anos e o mérito do *habeas corpus* originário pende de julgamento há 1 ano perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A defesa invoca, ainda, a declaração de pandemia pelo Coronavírus - COVID-19 e a situação precária do sistema prisional para amparar o seu pedido.

Reitera, ao final, o pedido de revogação da prisão preventiva do paciente ou a concessão de prisão domiciliar.

A defesa não carregou documentos.

Informações às e-STJ fls. 78/91 e 92/95.

É o relatório. **Decido.**

Ab initio, dou a conhecer a decisão que indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 70/72):

Trata-se habeas corpus, substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de DOUGLAS DE MELO FERREIRA contra ato omissivo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, qual seja, a demora no julgamento do HC n. 0036687-10.2019.8.19.0000.

Noticiam os autos que o paciente, preso preventivamente em

novembro de 2013, foi denunciado e pronunciado pela suposta prática do crime de homicídio qualificado por motivo torpe e emboscada.

Irresignada com o excesso de prazo na instrução processual, a defesa impetrou habeas corpus perante o Tribunal de origem. A ordem, como antes relatado, foi denegada (e-STJ fls. 14/20). Esta é a decisão recorrida.

Nas razões do presente mandamus (e-STJ fls. 3/13), a defesa afirma haver constrangimento ilegal por excesso de prazo na prisão cautelar e no julgamento do writ originário, que ultrapassa 9 meses (liminar apreciada em julho/2019), diante do conflito de competência suscitado pelos Desembargadores da Corte Local, em virtude de eventuais erros na distribuição dos processos.

A defesa pleiteia tratamento isonômico e efeito extensivo em relação ao relaxamento concedido pela Colenda 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, à corréu nos autos do Habeas Corpus nº. 0068781-45.2018.8.19.0000. E subsidiariamente requer a concessão da Revogação da Prisão Preventiva, já concedida para corréus nos autos dos Habeas Corpus nº 0016855-25.2018.8.19.0000 e 0016855-25.2018.8.19.0000 (e-STJ fl. 3).

Suscita a nulidade da prisão cautelar, por carência de fundamentação idônea das decisões que decretaram/mantiveram a segregação, sem apontar dados concretos que justificassem a necessidade da medida extrema, tampouco indicar em que consistiria o periculum libertatis. Aduz, ainda, a ausência dos requisitos autorizadores segregação provisória insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta haver constrangimento ilegal na manutenção da custódia cautelar, também em razão do excesso de prazo. Aduz que a prisão preventiva perdura desde novembro/2013 e todas as etapas do processo são morosas: a denúncia, por exemplo, foi oferecida após 1 ano e 9 meses da prisão. Afirma, nesse contexto, que o atraso no andamento do processo somente pode ser atribuída ao Poder Judiciário. Pede a relativização do enunciado n. 21 da súmula do STJ.

Destaca que o Paciente não possui nenhum histórico de crimes praticados sob violência, não integra qualquer organização criminosa, tampouco, se dedica a atividades criminosas. Conclui-se, portanto, que o Paciente está sofrendo coação ilegal em sua liberdade de locomoção. Além de possuir residência fixa (e-STJ fl. 11).

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão

Superior Tribunal de Justiça

preventiva do paciente, mesmo mediante a imposição de medidas cautelares. Subsidiariamente, pede a extensão dos efeitos que Revogaram a Prisão do corréu nos autos do Habeas Corpus nº 0016855-25.2018.8.19.0000, com fulcro no Art. 580 do CPP (e-STJ fl. 12).

Processo distribuído a esta Relatoria por prevenção do HC n. 323.532/RJ, vinculado ao corréu CLÁUDIO MAGALHÃES.

*É o relatório. **Decido.***

A liminar em recurso ordinário em habeas corpus, bem como em habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Embora pareça existir excesso de prazo no tempo de prisão cautelar, e se verifique que foi revogada a prisão preventiva de CLÁUDIO MAGALHÃES e JONAS GONÇALVES DA SILVA, acórdãos de e-STJ fl. 14/20 e 21/39, não está demonstrada, de forma inequívoca e por meio de documentos, a similitude fático-processual entre a situação do paciente e a dos corréus beneficiados. A denúncia não foi carreada, tampouco o decreto prisional e as decisões subsequentes que mantiveram a segregação cautelar.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada das informações a serem prestadas pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

*Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.*

*Solicitem-se, **com urgência**, informações ao Juízo de primeiro grau (inclusive com a cópia da denúncia e das principais decisões proferidas) e ao Tribunal de Justiça local (especialmente em relação aos processos citados pela defesa, HC nrs. 0068781-45.2018.8.19.0000 e 0016855-25.2018.8.19.0000), além do envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.*

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

As informações prestadas pelo Juízo processante revelam se

tratar de ação penal complexa, com diversos acusados (12) da suposta prática do crime de homicídio qualificado, praticado com características de atividade típica de grupo de extermínio. Confira-se (e-STJ fl. 84):

O crime foi praticado por motivo torpe, com evidente propósito vingativo, porque a vítima colaborou com as investigações que resultaram na ação penal nº 0028815-56.2010.8.19.0000, conhecida por OPERAÇÃO CAPA PRETA, fornecendo informações através do policial militar reformado Nelson Franco Coutinho, também eliminado pela quadrilha, e ainda para agentes da Polícia Militar. O crime foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, ante a superioridade numérica dos denunciados, bem como porque JOILSON foi pego de surpresa, já que falava ao telefone celular no momento em que foi atingido. O crime foi praticado em atividade típica do grupo de extermínio, característica da modalidade de quadrilha denominada milícia privada, que agia sob o pretexto de prestação de serviço de segurança. O denunciado CLÁUDIO, previamente ajustado com os demais, com consciência e vontade, concorreu para o homicídio porque levou RODRIGO até o local do crime num FIAT/SIENA, cor preta, dando-lhe fuga logo em seguida. O denunciado JORGE GERSON, previamente ajustado com os demais, com consciência e vontade, concorreu para o homicídio porque levou JORGE LUIZ, DOUGLAS e ITAMAR até o local do crime num VW/GOL, com prata, dando-lhes fuga logo em seguida. Após o homicídio, todos saíram do local em seus veículos numa formação conhecida por 'bonde'.

O Juízo processante informou, ainda, que, **em 31/10/2019**, a sessão plenária de julgamento foi designada para o dia **29/6/2020**, às 13 hs (e-STJ fl. 86), situação que difere dos argumentos lançados pela defesa, sem comprovação documental.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, a complexidade da causa e a gravidade dos fatos não permitem a revogação da prisão preventiva do paciente.

Embora não se desconheça a complexidade do momento que estamos vivendo, diante da declaração de pandemia pelo Coronavírus - COVID-19, essa relevante circunstância não tem o condão de permitir a

Superior Tribunal de Justiça

revogação de todas as segregações cautelares.

Não obstante os fundamentos apresentados pela, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada das informações prestadas pela origem, pois a defesa não instruiu adequadamente o presente *mandamus*, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de revogação da prisão preventiva** formulado por meio da Petição n. 160962/2020.

Ao Ministério Público Federal, para emissão de parecer.

Antes, porém, proceda-se o apensamento, a estes autos, do HC n. 565.088/RJ. A instrução dos dois processos está deficitária mas, pelas informações prestadas, parece se tratar de casos vinculados à mesma ação penal originária. A fim de evitar decisões conflitantes, reunam-se os autos.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator